

incidência percentual de emendas parlamentares. Interessante que dois dos anos seguintes a pleitos eleitorais de prefeitos da cidade. Considerando os serviços de proteção social básica de caráter preventivo, percebe-se que têm um gasto pouco superior os serviços de proteção especial, ocorre porém que os serviços de proteção social especial têm maior custo operacional pelo seu caráter especializado.

Note-se que nos serviços socioassistenciais são ofertadas 224.475 vagas de atenção e destas somente 20% é que se referem a proteção especial. A proteção básica oferta cerca de quatro vezes mais do que a especial embora o valor de gasto mensal entre uma e outra seja quase similar. Importante registrar, portanto, que a proteção especial tem um custo de quase quatro vezes maior do que a proteção social básica.

Reforça essa distância o fato de que os entes federativos estabelecem metas de vagas dos serviços a financiar. Aqui pratica-se outra disparidade para o caráter díspar quando os entes federativos estabelecem metas a financiar muito inferiores as praticadas. Como se viu são 178.310 vagas em serviços de proteção social básica, o ente estadual oferta o cofinanciamento de 28.390 vagas e o federal 16.180.

Juntos somam 44.570 vagas ou 25% das 178.310 vagas que são operadas, lembrando que em valores bem inferiores.

O financiamento federativo dos serviços de proteção social especial merece também análise. Esses serviços operam em São Paulo 15.737 vagas em proteção social especial de alta complexidade, sendo que a instância federal aponta complexidade. Há 6.330 vagas, ou 40% do instalado. Na proteção social de média complexidade os serviços da cidade mantêm 30.540 vagas, e o ente federal indica o cofinanciamento de 4.555 vagas ou 15% do existente. Estes dados mostram que se está muito distante da possibilidade efetiva de cofinanciamento dos serviços socioassistenciais.